

Cidades.

Chuveiro aberto 24h em praia

Um leitor procurou a Dona Encrena para reclamar que a água correu solta de um chuveiro, em Manguinhos, na Serra, por mais de 30 dias. *Página 8*

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

LEI É DERRUBADA

JUSTIÇA: PDM NÃO VALE

Vila Velha não vai poder ampliar área urbana e industrial

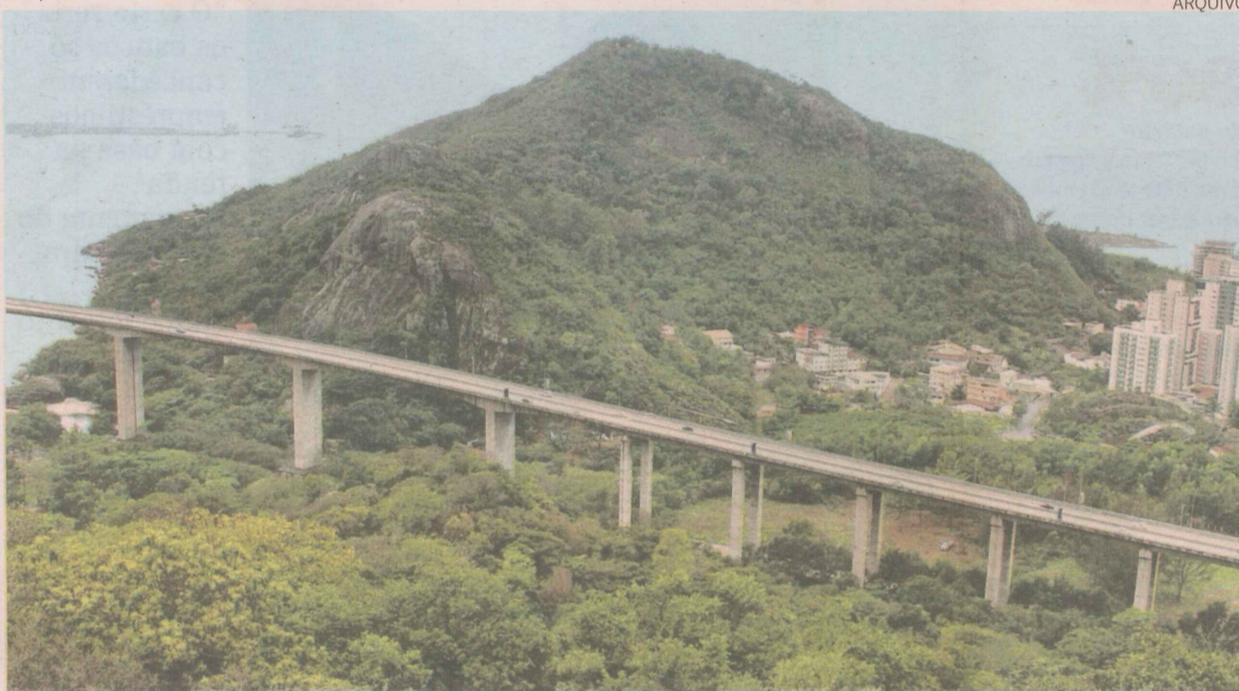
MAURÍLIO MENDONÇA
mgomes@redgazeta.com.br

O Tribunal de Justiça decidiu, na tarde de ontem, suspender a lei municipal de Vila Velha que mudava o Plano Diretor Municipal (PDM) e ampliava a área urbana da cidade. Os desembargadores consideraram que a nova legislação infringia os interesses de proteção ambiental e da democracia, já que a proposta nem foi apresentada em audiências públicas.

Agora, após a decisão judicial, o município terá que retomar o PDM anterior. Todas as alterações feitas pela Lei 5.155/2011 estão canceladas. Dessa forma, áreas de proteção ambiental que tiveram as zonas alteradas, como os morros do Moreno e de Jaburuna, além do Parque de Jacarenema, voltam a respeitar a demarcação anterior.

INDUSTRIAL

Os desembargadores



Com a lei, áreas dos morros do Moreno (foto) e de Jaburuna, além da do Parque de Jacarenema, seriam alteradas

ainda impediram que fossem criadas as dez novas áreas industriais, pensadas para o desenvolvimento da cidade, além da Zona de Interesse Turístico. Nos dois casos, seriam reduzidos os tamanhos de

algumas áreas de interesse ambiental para atender aos novos espaços.

A cidade havia pensado em ampliar a área de produção industrial e de interesse turístico até mesmo com o projeto de construção de um aeroporto.

OPINIÃO PÚBLICA

Outra questão apresentada durante a votação no Tribunal de Justiça é que a lei foi feita sem respeitar o debate demo-

crático, necessário para as mudanças de um Plano Diretor Municipal.

A prefeitura, antes de finalizar o projeto de lei e encaminhá-lo para votação dos vereadores, teria que ter construído e

avaliado todas as propostas junto dos moradores da cidade, em audiências públicas.

MUDANÇA

O documento – inicialmente elaborado pela administração municipal – foi acatado pela Câmara. Num primeiro momento, a aprovação deu-se com 21 emendas de alteração de texto.

O prefeito Neucimar Fraga vetou alguns desses artigos e devolveu o texto aos vereadores. Eles ainda derrubaram quatro dos vetos antes de publicar o novo PDM.

Cerca de um mês depois da aprovação, em setembro do ano passado, o Ministério Público do Espírito Santo – a pedido do procurador-geral, Fernando Zardini – abriu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para cancelar a mudança do PDM. Os desembargadores do TJES foram favoráveis à ação.

Prefeitura só fala após ser notificada

A Prefeitura de Vila Velha disse que prefere aguardar notificação oficial da decisão do Tribunal de Justiça para pronunciar-se sobre o assunto. Já o Ministério

Público considerou que a Lei 5.155/2011 violava o princípio da democracia participativa e representava um retrocesso social em relação à questão ambiental.

PONTOS POLÊMICOS

Heliponto

A lei previa a instalação de helipontos em todas as zonas urbanas da cidade de Vila Velha

Parque

Era esperada a alteração da área do Parque de Jacarenema, assim como as dos morros do Moreno e de Jaburuna

Turismo

A lei previa a Criação da Zona de Interesse Turístico (ZIT), com instalação de hotéis, bares e restaurantes, além do centro regional de comércio e de

serviços, que seriam instalados também em área de interesse ambiental

Distritos industriais

Se vigorasse o PDM agora suspenso pelo Tribunal de Justiça, seriam criados dez distritos industriais – alguns sobrepostos a áreas de interesse ambiental

Lagoa

A lei ainda permitia que a dívida ativa com o município fosse paga com a doação de terrenos no entorno da Lagoa Encantada



AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 07/2012 – Processo
6.586/02/2012-ADM

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de café torrado e moído.

DATA E HORA DA ABERTURA: 23/03/2012, às 13:00 h.

LOCAL: No site www.licitacoes-e.com.br.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05.

OBS: Cópias do Edital e Anexos disponíveis no site acima ou no: www.jfes.jus.br.

Maiores informações pelo tel. (027) 3183-5105, e fax 3183-5094.

Juliana Silva Prado Luchi
Supervisora da Seção de Licitações



Edição:

Bolos Gelados e Pavês

SELO-DESCONTO